

PROJETO DE LEI

Expediente PM 78/96

CM 130/06 MUNICAL MUNICA MU

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

LEI nº

Altera a redação ao Art. 3º da Lei nº 1844/95 que institui o Conselho Municipal de Assistência Social.

GERSON VEIT, Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1° - É alterada a redação ao Art. 3° da Lei n° 1.844, de 4 de agosto de 1995, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social, que passa a ser a seguinte:

"Art. 3° - O CMAS terá a seguinte representação:

- a) um representante da Secretaria de Saúde e Ação Social;
- b) um representante da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto;
- c) um representante da Secretaria da Fazenda;
- d) um representante das creches;
- e) um representante de escolas especializadas;
- f) um representante do Conselho Tutelar;
- g) um representante de associações de idosos;
- h) um representante dos assistentes sociais;
- h) um representante dos psicólogos;
- i) um representante de associações comunitárias
- i) um representante dos sindicatos de trabalhadores;
- k) um representante da Associação de Empresas de S.S. do Caí
- 1) um representante de clubes de serviço;
- m) um representante dos clubes de mães."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí,

> GERSON VEIT Prefeito Municipal



CAMARA MUNICIPAL S. SEBASTÃO DO CAI N,º 138/96 Rec. 28.11.96

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:

Senhor Presidente:

Senhores Vereadores:

Apesar de existir na forma de lei desde agosto do ano passado, o Conselho Municipal de Assistência Social ainda não foi criado. Agora, alguns setores da comunidade, especialmente os órgãos que atuam diretamente no setor, estão propondo a criação do CMAS ainda neste exercício. Esta providência é fator condicionante pelo governo federal, para que estas entidades continuem recebendo pauxílio governamental no ano que vem. Em vista disso, urge a criação do Conseho Municipal de Assistência Social.

Através do anexo projeto de lei, dá-se uma nova redação ao artigo que dispunha sobre a representação do CMAS. Esta disposição dos integrantes é mais condizente com a nossa realidade e observa a paridade nas representações.

GERSON VEIT
Prefeito Municipal